

Brancos e índios unidos pelo vexame

O despudor com o que é público e a falta de civilidade unem dois episódios ocorridos terça-feira em Brasília. A diferença é que um foi cometido por um grupo faccioso de atacar, saco de pancadas permanentemente de plantão, que é o Congresso. O outro, perpetrado por indígenas, alvo de comoção geral e da boboca leniência dos autoproclamados politicamente corretos.

O que os separa, no entanto, não deve refrear impulsos críticos. A banalização dos ataques ao Congresso não autoriza silêncio diante de deputados que fingem reformar o Estado enquanto cuidam mesmo de seus salários. Da mesma forma, a reverência ao silvícola não justifica que se ignore e considere natural o fato de índios xavantes tomarem como refém, expulsarem do trabalho e humilharem o presidente da Funai.

Sim, porque se Júlio Gaiger ainda não avaliou corretamente o que houve na terça-feira, o Palácio do Planalto já. E ali não vigora nem uma réstia de dúvida a respeito da conveniência de sua retirada de cena, diante da desmoralização em horário nobre. É certo que a troca do presidente — mais uma vez, pois este ano Márcio Santili também demitiu-se pouco tempo depois de ser preso na garagem por indígenas mancomunados com a corporação funaísta — não resolve aquele problema.

Lá ocorre o mesmo que acontece em outros nichos incontroláveis do Estado, como a Receita Federal, a Polícia Federal, o Banco Central, o Inera, entre outras ilhas inexpugnáveis ao controle externo. Contra elas não pode nem mesmo o presidente da República, que tem o diagnóstico da complicação, já a denunciou várias vezes de público, mas não dá um passo em direção ao desmonte.

A questão não se resolve com a saída de Gaiger, mas é fato que os rebeldes de terça conseguiram uma vitória que é a de tornar impossível sua permanência no cargo.

Alguém que é posto para fora, jogado na calçada pelos próprios funcionários (os xavantes revoltosos ocupam cargos na Funai) e depois ainda acha tudo normal dizendo que a culpa é dos brancos que insuflam os índios, convenhamos, não pode mais tomar uma decisão sem que corra o risco de outra vez ganhar a rua aos empurrões. Com branco insuflador ou sem branco insuflador, o fato é que a Funai evoluiu da condição de nicho incontrolável para a situação de bagunça irremediável.

A cena mostrada na televisão foi patética. E acerta quem acreditar na suposição de que o presidente Fernando Henrique a tenha considerado assim.

E o presidente, que tão corretamente detecta a existência desses aleijões que fogem ao comando do Executivo, considera que apenas a reforma do Estado será capaz de permitir correções. É certo, dado que não se pode admitir posições de força à margem da lei. Justamente para isso é que se propõe a mudança da lei.

E essa proposta está agora em discussão no Congresso, dono do segundo vexame nacional da semana. Pelo comportamento de suas excelências, reformas profundas ainda terão de esperar pela depuração natural que a cada pleito faz o eleitor. Nesse aspecto, os deputados que lá estão deram uma demonstração de pequenez inadmissível.

A reforma seria votada ontem na comissão especial. Esse resultado conta pouco, a não ser pela ação predatória de produzir uma ilusão à sociedade. Os jornais trarão a notícia de que a reforma administrativa foi aprovada e isso não será a verdade completa. Ao contrário.

O que os deputados tramam é derrubar em plenário, através de um instrumento chamado emenda aglutinativa, a limitação dos ganhos dos que exercem funções públicas a R\$ 10.800. Os deputados que têm aposentadorias querem manter seu direito à acumulação. Com o teto correm risco, pois salário de parlamentar mais aposentadoria na maior parte das vezes ultrapassa o limite.

Então, pisme o leitor, estão apenas se decidindo entre as seguintes hipóteses: se excluem apenas parlamentares da regra ou se incluem na mamata todos os detentores de cargos eletivos. É um doce dilema, ainda mais que deixam a coisa para ser decidida apenas depois do segundo turno das eleições municipais. E aí pensam que enganam quem?

Rigorosamente ninguém, a despeito de, com essa atitude, estarem considerando que os cidadãos só adquirem inteligência em época de eleição. Fora dela, perdem o sentido da audição, da fala e principalmente do raciocínio.

Pois quem perdeu o senso aqui foram os deputados. E do ridículo.

E devem ser incluídos aí todos eles para que as exceções tenham, a fim de que não se desmoralizem junto, força para reagir. O presidente Fernando Henrique disse ontem no Palácio, durante um discurso, que não cederá um milímetro na reforma.

A afirmação foi vaga e pode ser inútil. Vaga, pois não disse exatamente a que tipo de concessão se referia, evitando colocar o dedo sobre a chaga. E inútil porque o Congresso é outro poder e se os líderes e liderados resolveram que mudam a proposta eles mudam independentemente da posição do presidente.

Não está claro também o que pensa gente de expressão, como o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, que deve saber que, nesse caso, não bastará votar contra. Ou tornará lícita a impressão de que enquanto o baixo clero se queima na opinião pública por ser explícito, os maiores preservam-se por serem omissos.



JB

24/10/96 Pg 2

1667